

A MULHER REI: AGODJIÉ, DAOMÉ E O TRÁFICO ATLÂNTICO DE AFRICANOS ESCRAVIZADOS

| *A Mulher Rei*. Direção Gina Prince-Bythewood. TrisStar Pictures, 2022. 2:22 h.

O filme *A Mulher Rei* (2022), dirigido por Gina Prince-Bythewood e escrito por Maria Bello e Dana Stevens, lançado no dia 23 de setembro de 2022 no Brasil e no dia 16 de setembro nos Estados Unidos, aborda a história das *agodjié*, um regimento de mulheres do exército do reino do Daomé na África Ocidental (atual República do Benim). O Daomé foi o primeiro reino africano a desenvolver um regimento militar exclusivamente feminino.

Estrelado por Viola Davis, Sheila Atim, Thuso Mbedu e Lashana Lynch, o filme é sem dúvida uma celebração do poder da mulher negra. *A Mulher Rei* desafia as representações ocidentais das guerreiras do Daomé retratadas nas fontes escritas europeias como soldadas selvagens. Em vez disso, o filme representa as

agodjié como mulheres corajosas que lideraram regimentos inteiros, altamente treinados e organizados, e que por sua vez foram atores históricos centrais que durante o século XIX influenciaram os rumos políticos do reino. Ao mesmo tempo, o exército do qual as *agodjié* participavam não somente conduziu batalhas que visavam expandir o reino, mas também liderou a captura de prisioneiros de guerra, uma grande parte dos quais vendida para o comércio transatlântico de africanos escravizados. Por essas razões, o filme tem outra tarefa bastante delicada, que é a de discutir o papel do reino nesse comércio.

Não é a primeira vez que o Daomé e seu regimento militar feminino aparecem nas telonas. Em 1987, o filme

Cobra Verde, do cineasta alemão Werner Herzog, baseado no romance *The Viceroy of Ouidah* (1980), de Bruce Chatwin, já representava o poderoso reino da África Ocidental e retratava brevemente suas mulheres guerreiras.¹ *A Mulher Rei* também se passa no Daomé, em 1823. Mas seu personagem central não é um traficante de escravizados, como no filme de Herzog, e sim Nanisca (papel de Viola Davis), que ocupa no filme a posição de “general” do regimento feminino.

Os historiadores discordam sobre quando o regimento feminino foi criado. Após a morte do rei Huegbadja, que governou o Daomé entre aproximadamente 1645 e 1685, seu filho Akabá o sucedeu no trono. Com a morte de Akabá (provavelmente em 1716), Tassi Hangbé, sua irmã gêmea, ocupou o trono por alguns anos até que seu irmão mais novo, Agajá, foi entronizado como rei do Daomé, em 1718. Portanto, o regimento feminino pode ter surgido primeiramente como guarda real de Hangbé durante seu breve governo.²

1 Há uma tradução para o português, Bruce Chatwin, *O vice-rei de Uidá*, São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

2 Sobre Tassi Hangbé, ver Suzanne Preston Blier, “The Path of the Leopard:

As *agodjié* eram recrutadas entre as dezenas de *ahosi*, ou “esposas” do rei do Daomé. Relatos de viajantes europeus ao Daomé durante o reinado de Agajá mencionam a presença de mulheres armadas protegendo os palácios de Abomé, a capital do reino, situada a cerca de 100 quilômetros da costa. Durante o século XVIII, alguns viajantes se referiram a desfiles reais com regimentos de até quinhentas mulheres. Apesar disso, provavelmente foi só no século XIX que as *agodjié* começaram a lutar em campanhas militares, especialmente durante o reinado de Guezo (interpretado por John Boyega). No seu auge, o regimento feminino tinha um número impressionante de oito mil combatentes.³

Se inicialmente os reis do Daomé haviam recrutado as *agodjié* entre suas esposas, durante o reinado de Guezo elas seriam também recrutadas fora dos muros do palácio. Como o filme retrata com precisão, o regimento

Motherhood and Majesty in Early Danhomè”, *Journal of African History*, n. 36 (1995), p. 391; e Edna G. Bay, *The Wives of the Leopard: Gender, Politics, and Culture in the Kingdom of Dahomey*, Charlottesville: University of Virginia Press, 1998, pp. 51-56.

3 Robin Law, “The ‘Amazons’ of Dahomey”, *Paideuma*, n. 39 (1993), pp. 245-260.

feminino incluía prisioneiras capturadas pelo exército daomeano durante as guerras travadas contra os vizinhos.


Com seu foco no regimento de mulheres guerreiras, *A Mulher Rei* acerta ao representar o Daomé como um reino centralizado e militarizado, e não como uma “tribo” caótica, como é comum serem representadas as sociedades africanas em filmes hollywoodianos. Embora as origens do reino do Daomé remontem ao século XVII, sua expansão começou no século XVIII, durante o período mais intenso do comércio atlântico de africanos escravizados. Em 1727, o Daomé conquistou o reino Hueda e assumiu o controle do porto de Ajudá (ou Uidá), inaugurando assim sua participação ativa no tráfico atlântico de africanos.⁴

O banco de dados online *Slavevoyages* mostra que existe documentação comprovando que em torno de 407 mil africanos escravizados embarcaram para as Américas em Uidá.⁵ No entanto, a partir desses

mesmos dados e tendo em conta o comércio ilegal de pessoas, os historiadores David Eltis e David Richardson estimam que cerca de um milhão foram embarcadas em Uidá para as Américas, entre 1659 e 1863. O porto foi o segundo maior fornecedor de cativos para o comércio atlântico de africanos escravizados, apenas atrás de Luanda, na atual Angola.⁶

O rei Guezo chegou ao poder em 1818, após um golpe de Estado contra seu meio-irmão, o rei Adandozan. O filme se desenrola em 1823, quando os britânicos já haviam abolido o tráfico de escravos desde 1807 e pressionavam os Estados da África Ocidental e países europeus e americanos, como Portugal, Espanha e Brasil, para acabarem com o chamado infame comércio. O Brasil havia declarado independência de Portugal em 1822, mas continuou a importar ativamente africanos escravizados até 1850, apesar do tráfico já ter sido proibido em 1831, e no caso dos portos acima da linha do equador, onde se localizava o Daomé, desde 1817-1818. Muitos desses cativos, principalmente

4 O melhor trabalho sobre Uidá é Robin Law, *Ouidah: The Social History of a West African Slaving 'Port' 1727-1892*, Athens: Ohio University Press, 2004.

5 “Voyages”, *The Transatlantic Slave Trade Database* 

6 David Eltis e David Richardson, *Atlas of the Transatlantic Slave Trade*, New Haven: Yale University Press, 2010, p. 90.

os que foram transportados para a Bahia, vieram de Uidá. Enquanto isso, desde 1748, o Daomé vinha pagando tributos ao poderoso reino de Oyó, localizado no sudoeste da atual Nigéria. Em 1823, durante o reinado de Guezo, o Daomé mais uma vez entrou em guerra contra Oyó e após uma significativa vitória conseguiu se livrar dos tributos àquele reino.

A primeira cena do filme mostra um dos ataques do exército daoméano, com participação destacada das *agodjié*, contra uma aldeia Mahi (ao norte de Abomé), que no filme tinha feito uma aliança com Oyó, quando na realidade em meados de 1823 os mahi, assim como o Daomé, eram tributários do reino de Oyó, para quem tinham de fornecer soldados.⁷ No filme, as guerreiras invadem a aldeia durante a noite, matam os homens, mas poupam as mulheres. Na realidade, mais provavelmente, os soldados daomeanos (tanto mulheres quanto homens) levariam os aldeões saudáveis e mais jovens, homens e mulheres,

como prisioneiros para a capital, Abomé. Esses prisioneiros de guerra poderiam ser mantidos em escravidão localmente, outros ser oferecidos em sacrifício para deuses daomeanos, os *voduns*, mas a maioria era geralmente transportada para a costa, vendida a traficantes principalmente baianos, nessa época. O filme parece sugerir que as mulheres capturadas nesses ataques eram em sua maioria incorporadas ao regimento militar feminino, mas não mostra os outros destinos prováveis dos cativos.

Em mais de uma cena do filme, Nanisca tenta convencer Guezo de que os europeus estão tentando conquistar seu reino e que não parariam até que toda a África fosse deles. Essas referências ao continente africano em geral são obviamente anacrônicas, já que a solidariedade pan-africana não existia na época entre Estados com línguas, culturas, religiões e interesses diferentes. Além disso, quando o filme se passa (1823), os fortes francês e inglês de Uidá já haviam sido abandonados, uma vez que o tráfico francês tinha praticamente parado depois da vitória da Revolução Haitiana, em 1804, e a Inglaterra havia abolido seu comércio

7 Robin Law, *The Oyo Empire c. 1600-c. 1836: A West African Imperialism in the Era of the Atlantic Slave Trade*, Oxford: Clarendon Press, 1977, pp. 181-182.

de gente em 1807. O modesto forte português de São João Batista de Ajudá não era nada parecido com o suntuoso edifício amarelado representado no filme e nem era tão grande quanto qualquer uma das fortalezas de Elmina e Cape Coast na Costa do Ouro, na atual Gana. Essa é uma ressalva importante porque, embora os europeus pudessem construir fortalezas em Uidá, o Daomé e seus agentes comerciais sempre controlaram o tráfico de escravos naquele porto, que tinha laços muito estreitos com o Brasil, particularmente com a Bahia. Como Pierre Verger nos ensinou, o forte de Ajudá era administrado da Bahia e, a partir do século XVIII, os mercadores de escravos brasileiros e portugueses viajavam diretamente entre Uidá e Salvador para comprar africanos com fumo baiano usado como moeda.⁸

A *Mulher Rei* mostra as *agodijé* como libertadoras. Embora no filme os mahi procurem atacar e capturar daomeanos para vendê-los como cativos, a realidade era bem diferente.

8 Pierre Verger, *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos*, Salvador: Corrupio, 1987.

Era o poderoso exército do Daomé que frequentemente atacava o seu território. Guezo e seus antecessores lideraram várias incursões contra os mahi durante os séculos XVIII e XIX. O rei Adandozan, que precedeu Guezo e reinou entre 1797 e 1818, narrou uma dessas guerras em correspondência de 1810, endereçada ao príncipe regente de Portugal. Na missiva, ele conta em detalhes como seu exército matara o rei mahi e seus súditos, inclusive mulheres.⁹ A maioria dos prisioneiros que escapavam vivos dessas batalhas sangrentas eram vendidos e enviados como escravos para as Américas, especialmente para o Brasil.

Teoricamente, os indivíduos nascidos no Daomé eram protegidos contra a venda como escravos, uma regra seguida por outros reinos africanos. Mas, conforme mostrado no filme, à medida que o comércio transatlântico de escravos se intensificou, essa regra seria frequentemente

9 Ana Lucia Araujo, “Dahomey, Portugal, and Bahia: King Adandozan and the Atlantic Slave Trade”, *Slavery and Abolition*, v. 3, n. 1 (2012), pp. 1-19 [DOI](#); e Luís Nicolau Parés, “Cartas do Daomé: uma introdução”, *Afro-Ásia*, n. 47 (2013), pp. 295-395 [DOI](#).

quebrada, especialmente durante os períodos de sucessão ao trono. Tomemos o exemplo do pai de Guezo, o rei Agonglo, que foi morto após uma conspiração palaciana em 1797. Quando seu filho Adandozan (meio-irmão de Guezo) foi entronizado, ele puniu vários membros da família real que haviam participado da conspiração contra seu pai, vendendo-os como escravos. Um desses familiares era Na Agontimé, uma das esposas de Agonglo e mãe de Guezo, que muito provavelmente foi vendida a traficantes negreiros na costa.¹⁰ No filme, Guezo menciona rapidamente a verdadeira história de sua mãe, dizendo que não faria o mesmo com seus compatriotas. No entanto, a realidade foi diferente. Quando Guezo destronou Adandozan em 1818, ele puniu os membros da família de seu meio-irmão também vendendo-os para fora das fronteiras do reino. Como seus predecessores,

10 Ana Lucia Araujo, "History, Memory and Imagination: Na Agontimé, a Dahomean Queen in Brazil" in Toyin Falola e Sati U. Fwatshak (orgs.), *Beyond Tradition: African Women and their Cultural Spaces* (Trenton: Africa World Press, 2011), pp. 45-68.

Guezo e também seu filho e sucessor, Glele, continuaram fazendo guerras, capturando e vendendo prisioneiros para traficantes brasileiros e cubanos durante as décadas de 1850 e 1860.

Mas não só para o Brasil foram levados os prisioneiros capturados pelo exército do Daomé. Alguns foram vendidos para os Estados Unidos. Por exemplo, Oluale Kossola (também conhecido como Cudjo Kazoola Lewis), foi feito prisioneiro pelo Daomé quando seu povoado, Banté (ao norte de Abomé), foi invadido pelo exército daomeano em 1859. Juntamente com 109 outros cativos, Kossola foi enviado para o Alabama a bordo do *Clotilda*, considerado o último navio negreiro a desembarcar cativos nos Estados Unidos. Lamentavelmente, *A Mulher Rei* retrata o Daomé como o mocinho, enquanto o reino de Oyó, os mahi, os portugueses e brasileiros são retratados como os bandidos. Mas, na história real, tanto Oyó como Daomé venderam os cativos que fizeram nas guerras que travaram durante o século XIX.

Qualquer ficção histórica terá muitas imprecisões e mesmo distorções. Mas a diretora de *A Mulher Rei* e

um dos seus consultores têm insistido em dizer que o filme é baseado em fatos reais e que é historicamente apurado. Sem dúvida, o filme é uma grande conquista pois retrata as *agodjié* como guerreiras poderosas, uma imagem que na era do *#VidasNegrasImportam* fala positivamente às mulheres negras que no Brasil, nos Estados Unidos e no resto do mundo lutam contra o racismo, o machismo e a supremacia branca. Contudo, retratar os governantes e soldados do Daomé como abolicionistas do comércio desumano de escravizados (ou como pioneiros do pan-africanismo), engana um público que em geral conhece muito pouco sobre história da África, ao mesmo tempo que não faz justiça aos descendentes de africanos escravizados que permaneceram na África Ocidental ou aos dos que foram enviados à força para as Américas. Como uma *agodjié* do Mahi diz no filme, ela escolheu ser “caçadora, não presa”.

Ao contrário dos reis daomeanos, a maioria dos homens e mulheres que viveram na África Ocidental e Centro-Ocidental durante a era do tráfico transatlântico não tiveram escolha. Nesse sentido, *A Mulher Rei* também distorce e idealiza a

história das guerreiras do Daomé. As *agodjié* não eram combatentes da liberdade como retratadas no filme. Em vez disso, como outras mulheres da África Ocidental, elas estavam tentando sobreviver no tumultuado período do comércio de cativos. Apesar disso, o filme ajuda a desmantelar alguns estereótipos de longa data associados às *agodjié*, restaurando o protagonismo delas e desafiando os relatos europeus que simplesmente as retratavam como mulheres selvagens, sanguinárias e masculinizadas.

Os cronistas europeus até o século XX descreveram as *agodjié* como mulheres pouco atraentes que tinham que permanecer virgens. De fato, a castidade era esperada daquelas consideradas esposas reais e muitas *agodjié* podem ter permanecido sexualmente inativas durante o período de serviço militar. Apesar disso, várias *agodjié* ficaram grávidas, algo que o filme retrata de maneira distorcida quando Nanisca engravida após ser estuprada repetidamente enquanto mantida em cativeiro por soldados do reino de Oyó. As fontes disponíveis sugerem que várias *agodjié* engravidaram em circunstâncias que, provavelmente, envolveram relações

sexuais consensuais. Além disso, após o serviço militar, algumas delas se casaram e procriaram.

Quando os franceses invadiram o Daomé, em 1890, as *agodjié* ainda existiam, mas em números muito menores. Junto com o exército do Daomé, o regimento feminino lutou contra os invasores entre 1890 e 1894. A maioria dessas mulheres morreu lutando contra eles. Porém, aproximadamente cinquenta veteranas de guerra criaram famílias. Hoje seus descendentes lembram-se de suas ancestrais como mulheres corajosas que lutaram como soldados em um período de grande violência contra as africanas e em uma época em que a maioria das brancas estavam confinadas no Ocidente a exercer funções na esfera doméstica.

A *Mulher Rei* simplifica a complicada história do Daomé, transformando-o em um reino antiescravagista. Ao fazê-lo, abandona uma realidade histórica crucial, já que os governantes do Daomé nunca se opuseram ao comércio transatlântico de africanos. Ao contrário, os reis daomeanos estiveram profundamente engajados em fazer guerras e vender seus prisioneiros como cativos para servirem sob a escravidão

nas Américas. Várias mulheres se juntaram ao exército daomeano como prisioneiras de guerra e, portanto, foram forçadas a servir no regimento feminino. Ao mesmo tempo, o filme abre um debate sobre a transição do comércio de escravizados para o comércio legítimo de azeite de dendê, por força do protagonismo das guerreiras, embora essa transição forçada se dê bem mais tarde. De fato, o comércio lícito de dendê e o “ilícito” de cativos (já que, do ponto de vista daomeano, continuava legal), conviveram ao mesmo tempo; traficantes brasileiros operaram as negociações do óleo que “azeitava” o maquinário inglês e dos cativos que produziam as *commodities* tropicais para os mercados internacionais europeus.

Durante a era colonial, os franceses e outros europeus exploraram a história das mulheres guerreiras de diferentes formas. Depois da batalha de Cotonou, em 1890, os colonizadores recolheram os pertences das guerreiras mortas e os incorporaram a coleções de museus na França. Em 2002, um crânio tido como sendo de uma *agodjié* e transformado em um recipiente com tampa foi levado a leilão pela Christie's. Se a origem do crânio for correta, provavelmente é um

dos únicos restos mortais preservados de uma *agodjié*. Roubado e mercantilizado, o corpo desta mulher teve o mesmo destino que os restos mortais de outros homens, mulheres e crianças vítimas do exército do Daomé.

Mas apesar das armadilhas e distorções típicas de uma obra de

ficção, *A Mulher Rei* pelo menos faz algo que os colonizadores europeus nunca fizeram: atribui estatuto de patrimônio às guerreiras de uma maneira sutil, devolvendo-lhes a humanidade que lhes fora roubada durante a era do comércio negreiro e de colonialismo europeu.

Ana Lucia Araujo  

Universidade Howard

Carlos da Silva Jr.  

Universidade Estadual
de Feira de Santana

doi: 10.9771/aa.v0i66.52099

